

MUNICIPALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: A EXPERIÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DA ZONA SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Carlos Roney Armanini Tagliani¹

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

RESUMO: As políticas municipais desempenham papel decisivo na gestão ambiental e na implementação da legislação de proteção. Cabe ao Poder Público local, em conjunto com a sociedade, definir o melhor uso para o território, bem como o sucesso de implementar e acompanhar as Políticas Públicas Federais e Estaduais pertinentes. Um dos instrumentos de gestão mais efetivos é o licenciamento, estabelecido pela Política Nacional do Meio Ambiente (lei Federal nº 6938, de 31/08/81). Com o objetivo de agilizar o fluxo dos processos que correm pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental, o Estado do Rio Grande do Sul vem desenvolvendo, através da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, o incremento do processo de descentralização do licenciamento ambiental municipal para aquelas atividades cujo impacto é estritamente local. A habilitação dos municípios depende do cumprimento de diversos requisitos estabelecidos pelas Resoluções CONSEMA 04/2000 e 011/2000, dentre os quais, a elaboração do Plano Ambiental Municipal. Através de um convênio de cooperação com a Associação dos Municípios da Zona Sul, a Universidade Federal do Rio Grande conduziu um projeto com o objetivo de elaborar os planos ambientais para os 16 municípios integrantes da Zona Sul que ainda não o possuíam. A experiência acumulada permitiu realizar uma avaliação das dificuldades e dos aspectos positivos, o que proporcionou um aprendizado importante para correção de rumos e redefinição de metas. Embora os planos ambientais já venham sendo utilizados para diversas atividades de planejamento municipal além do licenciamento, observa-se ainda uma falta de conscientização sobre a sua importância e do que ele representa para o próprio município e no contexto geográfico da Zona Sul. Esse é um objetivo a ser buscado no médio e longo prazo, mas a condução de algumas ações futuras necessitará de uma abordagem totalmente integrada. Um dos principais instrumentos de apoio a tomada de decisão no licenciamento ambiental municipal é o zoneamento ecológico-econômico, que, embora deva ter uma característica local, deve ser tão integrado quanto o são os ecossistemas presentes. Entretanto, é de difícil elaboração devido à falta de capacitação técnica nos municípios e a dificuldade de integração interinstitucional para sua concretização. A quase totalidade dos municípios da Zona Sul ainda não têm capacidade técnica para realizar o ZEE municipal. Excetuando os dois municípios-polo da região, Pelotas e Rio Grande, os demais são municípios pequenos, com atividades socioeconômicas predominantes no setor primário, com população em torno de 20 mil habitantes ou menos. Os problemas ambientais mais urgentes estão vinculados a deficiência em saneamento básico, incluindo a inadequada disposição de resíduos sólidos urbanos e efluentes líquidos derivados de esgoto. A falta de uma visão global e integrada da região dificulta a elaboração de projetos consorciados entre os municípios, o que possibilitaria o acesso a recursos governamentais disponíveis para a solução desses problemas. O zoneamento ecológico-econômico proporcionará essa visão integrada das potencialidades e fragilidades dos municípios da Zona Sul.

PALAVRAS-CHAVE: LICENCIAMENTO MUNICIPAL; PLANO AMBIENTAL; ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO.